
HIERARQUIA MONETÁRIA E A NOVA DIMENSÃO CENTRO-PERIFERIA: UMA ANÁLISE PARA O CASO DA INSERÇÃO/INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA

Julio Cesar Nascimento¹

RESUMO: O presente trabalho parte da constatação que estruturalismo latino-americano teve uma um intenso esforço para análise econômica, principalmente, na relação centro-periferia a partir do progresso técnico. Porém, a partir da década de 1970 com a quebra do regime de Bretton Woods a dimensão monetária internacional passa a ter relevante foco de análise. Assim, o objetivo desse artigo é analisar a relevância do Sistema Monetário Internacional (SMI) para uma abordagem a relação centro-periferia, particularmente, o regime Dólar Flexível e a partir dessa constatação analisar o tipo de inserção/internacionalização da moeda chinesa. Como resultado, tem-se que o regime Dólar Flexível é pertinente para analisar numa perspectiva centro-periferia e que este traz características relevantes, tais como, o grau diferenciado de autonomia para política econômica do centro e da periferia. Assim, a moeda é relevante para a posição a nível internacional. Por fim, a inserção/internacionalização da moeda chinesa dentro desse sistema é uma preocupação para a China e esta projeta a penetrar nos circuitos internacionais pela via comercial e financeira, assim, tendo um esforço para sua internacionalização.

Palavras-chave: Centro-Periferia, Hierarquia Monetária, China.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), mestrando em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade (GEPETIS)

1. INTRODUÇÃO

Há diversas abordagens sobre o desenvolvimento econômico que surgiram pós segunda guerra mundial com objetivo de estudar o subdesenvolvimento. Uma teoria de relevância é a denominada teoria estruturalista. Inúmeros autores são adeptos a exemplo de Prebisch, Sunkel, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares. Essa teoria teve seu sucesso e serviu como base para a construção da análise da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL).

A teoria estruturalista tem trazido ênfase na sua análise o funcionamento das economias com foco no que ficou denominado centro-periferia. Segundo Rodríguez (1986) há desigualdade entre o Centro, que tem como característica uma estrutura produtiva homogênea e diversificada, e na periferia prevalece uma estrutura heterogênea. Nessa relação, há um processo que impacta na manutenção ou aprofundamento da desigualdade entre as nações, ou de forma mais direta, na retroalimentação do processo. Ou seja, essa relação determinada a partir do progresso técnico é o que se denomina de desenvolvimento desigual.

Para Palma (2008) essa teoria historicamente tem se intensificado com foco na configuração da divisão internacional do trabalho na periferia, quais sejam: 1. Desemprego da mão-de-obra; 2. O desequilíbrio externo; e 3. A deterioração dos termos de troca. Desta forma, os trabalhos nessa perspectiva não deram tanta relevância a dimensão financeira.

A teoria que aborda a relação Centro-Periferia revela certo descaso com as questões de cunho financeiras. Porém, isso não se apresenta gravemente, uma vez que, o regime vigente da década de 1940 à de 1970, denominado Bretton Woods, tinha como uma das suas características o controle de capitais e câmbio fixo. Na atualidade, o fenômeno monetário e financeiro tem sua relevância fundamental e determinante para as relações entre as nações (VERMENGO, 2006).

A conjuntura descrita até então, baseia-se em estudos da teoria estruturalista de 1940 a 1970. Exatamente na década de 1970 há uma quebra do regime Bretton Woods e inicia-se o período denominado por alguns autores de “Dólar Flexível”.

Gonçalves et al (1998), Fiori (2007, 2008), Tavares e Belluzo (2007), Tavares (1997), Tavares e Melin (1997) e Serrano (2007, 2008) mostram que no contexto internacional aconteceram intensas mudanças quanto ao Sistema Monetário Internacional. Da transição do padrão-ouro para Bretton Woods até o regime atual denominado por alguns autores de “Dólar Flexível” várias foram as mudanças, que na década de 1970 intensificou o processo identificado de globalização, sobretudo na dimensão financeiro.

O estudo realizado por Palludeto e Abouchedid (2014) mostra como Sistema Monetário Internacional (SMI), mais propriamente o sistema de Bretton Woods e Dólar Flexível, apresentaram alterações relevantes quanto a moeda internacional, ao regime de câmbio, a mobilidade dos capitais e a hierarquia de moeda.

Assim, como mostram Fiori (2008,) Serrano (2008), Tavares (1997, 2007), Tavares e Melin (1997), a dinâmica monetária e financeira tem sua relevância no cenário internacional, e apresenta-se como uma nova forma de poder para algumas nações e submissão para outras, inclusive para Palludeto e Abouchedid (2014) quanto ao grau de autonomia de políticas econômicas.

Desta forma, nesse trabalho parte-se da constatação que a teoria estruturalista latino-americana, historicamente, tem como centro da preocupação da teoria, a análise do progresso técnico quanto a relação centro-periferia. Porém, a relação centro-periferia passa a ter outras especificidades com a dimensão monetária internacional a partir da quebra de Bretton Woods. Trata-se aqui, nesse cenário descrito, de estudo de caso para a inserção/internacionalização da moeda chinesa.

Nesse intuito, este trabalho se concentra fundamentalmente enquanto problematização: A dimensão monetária internacional do período caracterizado como pós Bretton Woods apresenta impactos relevantes para entender a relação centro-periferia? Nesse cenário, qual o tipo de inserção da moeda chinesa?

Com essa problematização, a hipótese aqui relacionada é que a dimensão monetária internacional a partir da década de 1970 passou a ter maior relevância para analisar a relação centro-periferia e que a inserção da China nesse modelo tende a ser central.

Assim, o trabalho tem como objetivo geral analisar a dimensão monetária internacional como sendo característica essencial da relação centro-periferia no denominado regime “Dólar flexível” e nesse cenário a inserção da moeda chinesa.

Quanto aos objetivos específicos pretende-se: descrever a teoria centro-periferia dos estruturalistas latino americanos; abordar a relação centro-periferia pela ótica do sistema monetário internacional; e, avaliar a inserção da moeda chinesa nesse sistema.

No presente trabalho, quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva e explicativa. Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica. Enquanto sua natureza, o trabalho se trata de uma pesquisa qualitativa.

Além da introdução e considerações finais o trabalho contém mais três tópicos: o primeiro discute-se o sistema centro-periferia na visão dos estruturalistas latino americanos clássicos; no segundo tópico, discute-se a hierarquia monetária e a nova dimensão centro-periferia; e por fim, apresenta-se a inserção/internacionalização da moeda chinesa.

2. O SISTEMA CENTRO-PERIFERIA NA VISÃO DOS ESTRUTURALISTAS LATINO AMERICANOS CLÁSSICOS

De acordo com Dias (2012) a teoria estruturalista surgiu no Pós Segunda Guerra Mundial e relaciona-se com o contexto geopolítico e econômico internacional em um ambiente em que o atraso econômico e social das nações pobres não apresentava grande interesse da ciência econômica, no que se refere a produção científica sobre a temática.

Palludeto e Abouchedid (2014) sobre a análise do desenvolvimento pós anos 1950 afirma que:

não foram poucas as tentativas de compreender esse processo e as implicações que deles decorreram - e ainda decorrem – para as diversas economias capitalistas nacionais, sobretudo na África e na América Latina. Com efeito, diversos estudos realizados por autores de matrizes teóricas variadas

entre as décadas de 1950 e 1970 são considerados representativos da análise centro-periferia (PALLUDETTO E ABOUCHEDID, 2014, P.2)

É consensual que o surgimento da teoria estruturalista teve seu início com Raúl Prebisch com os ensaios intitulados de “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas” e “Estudos Econômicos da América Latina 1949,”. Porém, inúmeros autores aderem à análise de cunho estruturalista como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Osvaldo Sunkel, Octavio Paz e Anibal Pinto. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi à manifestação mais significativa desse pensamento ou “escola econômica”.

Um dos principais fundadores de análise que ganha força em meados do século XX sobre o tema desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico com ênfase dada à relação centro-periferia foi Prebisch. Para Rodríguez (2009), Prebisch se nega a tratar como “anomalia” às economias subdesenvolvidas simplesmente como “atrasadas”, termo muitas vezes atribuído àquelas que se mantêm sem grandes mudanças. Assim, o subdesenvolvimento é visto como um modo de ser específico de certas economias e esta merece um esforço específico de teorização.

A base analítica da teoria estruturalista, para Bielchowsky (1998), divide-se em: Abordagem histórica, fundamentada na relação centro-periferia; Análise da dinâmica da América Latina na inserção internacional; Análise dos determinantes domésticos do crescimento e progresso técnico, e por fim, na Análise dos argumentos sobre a intervenção do Estado na economia.

A teoria estruturalista tem em seu foco de análise, na configuração da divisão internacional do trabalho na periferia, quais sejam: desemprego da mão-de-obra; O desequilíbrio externo; e A deterioração dos termos de troca. Essa análise será detalhada na descrição do funcionamento do sistema centro-periferia. (PALMA, 2008).

O conceito de centro-periferia na teoria estruturalista é fundamental para a análise do desenvolvimento. Para Rodríguez (2009), as estruturas produtivas do centro-periferia são substancialmente diferentes

A estrutura produtiva da periferia se diz heterogêneas para indicar que nela coexistem atividades onde a produtividade do trabalho é elevada, como no setor exportador, com outras de produtividade reduzidas como a agricultura de subsistência. Ademais, indica-se que dita estrutura é

especializada no sentido, em um duplo sentido as exportações se concentram em um ou poucos bens primários; a diversificação horizontal, complementaridade intersetorial e a integração vertical da produção possuem escasso desenvolvimento, de tal modo que uma gama muito ampla de bens- sobretudo manufaturas – deve obter-se mediante importação. [...] por contraste com aquelas das estruturas produtivas dos centros, que se considera, comparativamente, homogênea e diversificada. (RODRÍGUEZ, 1986, P. 11)

Segundo SAAD-FILHO (2005) essa divisão da teoria estruturalista é definida como um centro que tem como característica a industrialização com mão-de-obra organizada em sindicatos e com poder de barganha considerável e por outro lado uma periferia que tem como característica a especialização em produtos primários para a exportação, com elevada oferta de mão-de-obra e com um setor voltado para o mercado interno de baixo dinamismo.

É importante deixar claro que para Rodríguez (2009) centro-periferia e desenvolvimento e subdesenvolvimento são conceitos diferentes, porém há similaridades. Os primeiros referem-se à estrutura do comércio mundial que tem como características o intercâmbio de manufaturas por matérias-primas e os segundos referem-se às diferenças das estruturas produtivas e econômicas entre países avançados e atrasados. A similaridade dos dois é no sentido de que ambos se opõem ao atraso de uma estrutura produtiva ao avanço da outra. Sua principal diferença é que a relação centro-periferia tem um caráter dinâmico, no qual incorpora a suposição que a desigualdade é inerente ao desenvolvimento do sistema em seu conjunto.

Quanto a ideia central do pensamento estruturalista, para Missio et al (2012) o progresso técnico se propaga de forma desigual na economia mundial no centro e na periferia. Esse processo é o cerne do denominado desenvolvimento desigual.

Nessa perspectiva, a concepção estruturalista, de acordo com Rodríguez (2009), aponta para uma diferenciação originária onde o centro já havia logrado implantar técnicas modernas e elevar a produtividade do trabalho superior a da periferia. Porém, suas características diferenciais desenvolvem, no que foi denominado de desenvolvimento para fora, a heterogeneidade e especialização produtiva. Essas características se conformam e se consolidam nessa etapa em que a periferia cresce principalmente baseada nas atividades exportadoras de bens primários. No

desenvolvimento para dentro a expansão acelerada da atividade exportadora pode induzir o surgimento de ramos industriais e provocar a reabsorção de grandes contingentes de força de trabalho em condições de alta produtividade sem que a especialização chegasse a se reduzir drasticamente ou o desaparecimento da heterogeneidade.

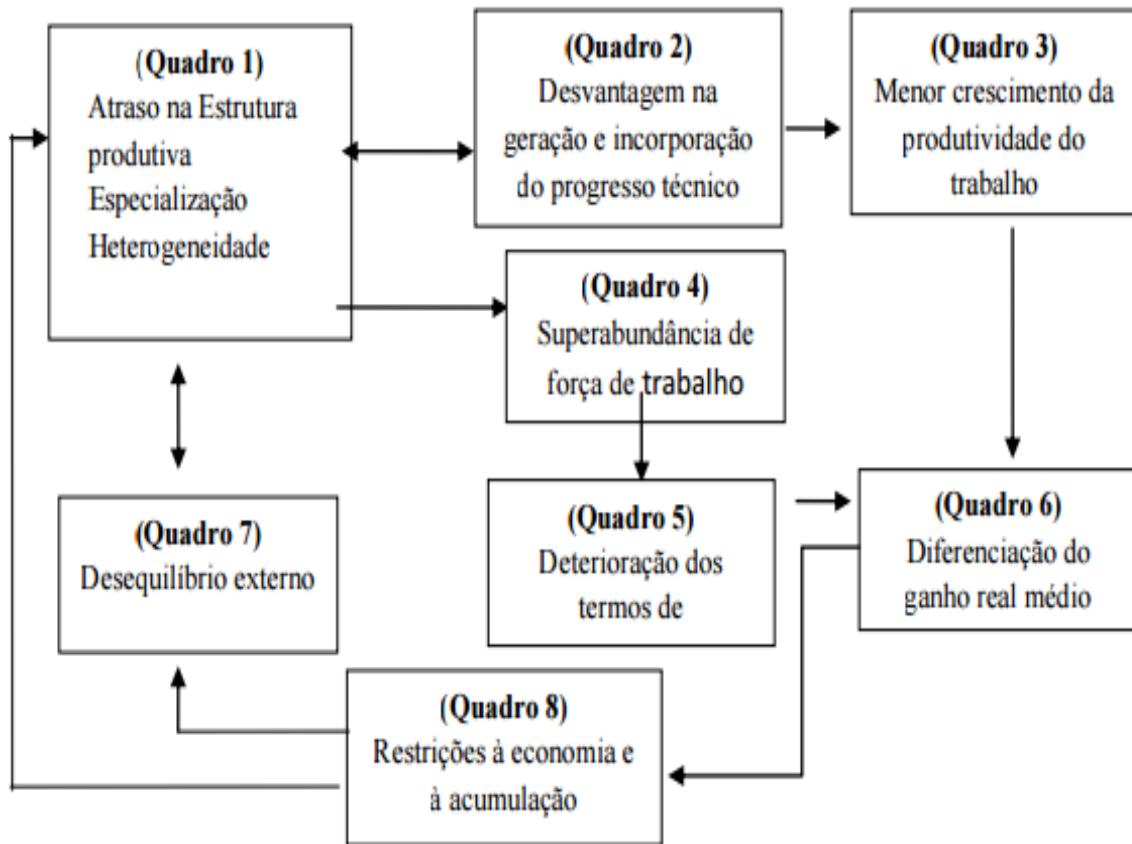
O funcionamento do sistema Centro-Periferia e assim o denominado processo de desenvolvimento desigual na concepção inicial da teoria estruturalista para Rodríguez (2009) é mais bem detalhado na figura 01.

Como mostra a Figura 1, as periferias têm como características uma estrutura produtiva heterogênea e especializada. Tal estrutura implica em um ponto inicial para a industrialização fundado nos bens de consumo tecnologicamente simples e que o desenvolvimento desta indústria avance paulatinamente para os bens de consumo ou intermediários de maior aspecto tecnológico e organizativo. A dinâmica da geração e a incorporação do progresso técnico no padrão de industrialização culminam no seu caráter especializado, ou seja, de produtora e exportadora de bens primários ou em atividades em que o progresso técnico é mais reduzido. Desta forma, limitando as possibilidades de ampliar a complexidade da estrutura industrial pela integração vertical da produção e graus mais elevados de complementaridade intersetorial.

As desvantagens quanto a geração e incorporação da tecnologia geram um menor crescimento da produtividade do trabalho nas economias periféricas. Essas desvantagens somam-se com as características da heterogeneidade. Os níveis da produtividade são resultados da proporção da mão de obra ocupada em atividades atrasadas tecnologicamente.

Mesmo com a significativa expansão da indústria há uma heterogeneidade estrutural persistente. Assim, com no processo de industrialização há uma transformação da mão de obra rural para urbana culminando no subemprego urbano. Nesse processo, ocorre a deterioração dos termos de troca, uma vez que, há uma elevada oferta de trabalho puxando para baixo os níveis salariais reais. São transferidos para o centro, o aumento da produtividade dos países periféricos.

FIGURA 01 - O Sistema Centro-Periferia



Fonte: RODRIGUEZ (2009, p.85)

Esse processo impacta na diferença em prol do centro que repercute negativamente na periferia quanto aos níveis de acumulação do capital, principalmente quando integrado aos desequilíbrios gerados na Balança de Pagamentos.

De acordo com o fluxo da Figura 1, os desequilíbrios externos acontecem por duas vias. Por um lado, por causa da especialização impactando na não expansão de exportações de origem industrial enquanto as de cunho primárias estão limitadas por margens que, caso sejam sucedidas, dão lugar à deterioração dos preços relativos comprometendo seu valor. Por outro lado, a industrialização faz crescer a demanda por bens exportáveis restringindo sua oferta e há uma tendência de redução da demanda internacional por bens primários pela substituição das matérias-primas naturais pelas sintéticas. Há também uma tendência a aumentar a demanda por importados, por bens que não podem ser produzidos internamente, e também aquelas advindas do consumo

dos bens industrializados. Como conclusão desse processo, as importações tendem a serem superiores as exportações e o resultado desse processo são os desequilíbrios externos.

Os dados descritos na Figura 1 mostram, em resumo, o funcionamento da teoria estruturalista com sua ênfase pautada no desenvolvimento desigual que aborda de forma mais detalhada a relação centro-periferia. A conclusão obtida é que essas restrições impossibilitam transformações significativas nas estruturas atrasadas dos periféricos quando comparadas com o centro. Essas características e processo impactam na incapacidade de difundir progresso técnico para a economia e empregar a mão de obra de forma produtiva e, assim, impactar no crescimento sustentado dos salários reais. Desta forma, impactando no subdesenvolvimento da periferia.

Assim, “a assimetrias no processo de desenvolvimento do capitalismo que perpetua e amplia a condição de periferia das economias em desenvolvimento mediante processo de troca desigual no mercado internacional” (MISSIO ET AL, 2012, P.13).

Desta forma, a teoria estruturalista com relevante contribuição para análise do desenvolvimento econômica teve seu foco nas questões relacionadas ao progresso técnico, porém no caso do desenvolvimento desigual teve pouca importância para a esfera financeira, na qual, no sistema capitalista globalizado tem seu aspecto relevante na atualidade.

3. HIERARQUIA MONETÁRIA E A NOVA DIMENSÃO CENTRO-PERIFERIA

Como abordado no tópico anterior, à teoria estruturalista surge no final da década de 1940 com uma preocupação voltada para o subdesenvolvimento. A década de 1950 e 1960 teve foco na questão relacionada a desigualdade do progresso técnico fruto da relação centro-periferia, incluso em uma perspectiva histórica.

Bielschowsky (1988) aponta oito pontos importantes da fase inicial do estruturalismo ou o que Bresser-pereira e Gala (2010) chamam de velhos desenvolvimentistas: a) tendência a deterioração dos termos de troca; b) o papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico; c) o caráter estrutural do

desenvolvimento que não ocorre com qualquer combinação de setores como pressupõe a teoria econômica neoclássica; d) oferta ilimitada de mão de obra; e) o entendimento do subdesenvolvimento como resultado da subordinação da periferia as nações que originalmente industrializaram; f) a crença de que os países latino-americanos não dispunham de poupança suficiente para financiamento do desenvolvimento; g) a convicção de que a estabilidade de preços no mesmo nível dos países ricos era improvável devido às imperfeições do mercado e; h) a tese da indústria infante.

Gonçalves et al (1998), Fiori (2007, 2008), Tavares e Belluzo (2007), Tavares (1997), Tavares e Melin (1997), Serrano (2007, 2008) mostram que, no contexto internacional, o século XX passou por intensos distúrbios quanto às relações monetárias entre as nações. Desta forma, houve intensas mudanças quanto o Sistema Monetário Internacional até a atualidade como a transição do padrão-ouro para Bretton Woods até o regime atual denominado por alguns autores de “Dólar Flexível”. Essas mudanças implicaram grandes alterações, em meados da segunda metade do século XX, nas quais se intensifica o processo identificado de globalização, sobretudo a de cunho financeira.

Para Palludeto e Abouchedid (2014) entender a dinâmica do centro-periferia pós a quebra de Bretton Woods ou no que ficou denominado por Serrano (2007) de Dólar Flexível é importante partir da análise da hierarquia monetária no cenário do Sistema Monetário Internacional atual marcado pela globalização financeira, desta forma, este trabalho adota essa postura para entender a relação centro-periferia na vertente da dimensão monetária internacional.

A Figura 2 aborda as características do regime Bretton Woods e Dólar Flexível quanto as seguintes variáveis: forma de moeda internacional, regime de câmbio, mobilidade dos capitais e hierarquia de moeda. Quanto a esses pontos tem-se que no regime Bretton Woods a moeda internacional era denominada em Dólar-ouro, com regime de câmbio fixo, porém, ajustado a baixa mobilidade de capitais e com uma hierarquia de moedas com pouco impacto nas instabilidades do câmbio/juros. Já o regime contemporâneo, a forma de moeda internacional é denominada de Dólar Flexível com câmbio flexível e elevada mobilidade de capitais e quanto a hierarquia monetária tem impacto decisivo nas instabilidades do câmbio/juros.

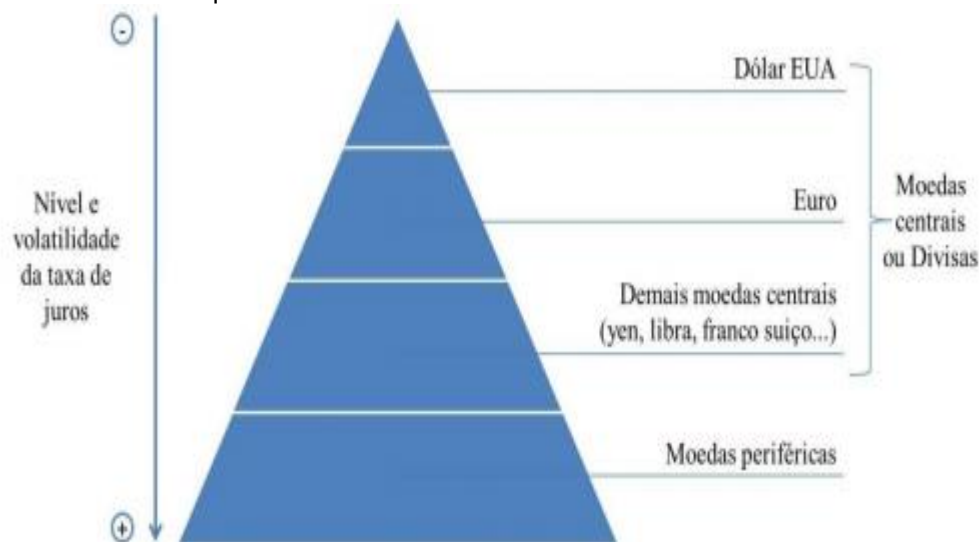
FIGURA 02 - O Sistema Monetário Internacional: Bretton Woods x Contemporâneo (Dólar Flexível)

Características	Bretton Woods	Contemporâneo
Forma da moeda internacional	Dólar-ouro	Dólar flexível, financeiro e fiduciário
Regime de câmbio	Fixo, mas ajustável	Flexível
Mobilidade dos capitais	Baixa	Alta
Hierarquia de moedas	Pouco impacto nas instabilidades do câmbio/juros	Impacto decisivo nas instabilidades do câmbio/juros

Fonte: PALLUDETO, ABOUCHEDID (2014)

Assim, como mostram Fiori (2008), Serrano (2008), Tavares (1997, 2007), e Tavares e Melin (1997) a dinâmica monetária e financeira tem sua relevância no cenário internacional e apresenta-se como uma nova forma de poder para algumas nações e submissão para outras, inclusive para Palludeto e Abouchédid (2014) no que se refere ao grau de autonomia de políticas econômicas. Desta forma, as hierarquias monetárias são importantes para o desempenho da economia doméstica. Os fatores condicionantes dessa hierarquia são: unidade de conta, reserva de valor em âmbito internacional e meio de pagamento. Para Palludeto e Abouchédid (2014) a liquidez é fundamental para analisar a hierarquia.

FIGURA 03 - Hierarquia de moedas



Fonte: Palludeto e Abouchédid (2014)

A Figura 3 mostra a hierarquia de moeda do centro–periferia. Nessa hierarquia, o centro tem diversos níveis na pirâmide começando com o Dólar na ponta da pirâmide,

depois Euro e, por fim, as demais moedas centrais como yen, libra, franco suíço etc. As outras moedas se encontram na base da pirâmide e são moedas periféricas.

Usando a proposta apresentada por De Conti (2011) os determinantes dessa hierarquia são: poder geopolítico, instituições fortes e/ou favoráveis, o tamanho da economia nacional e a integração com a economia mundial, política econômica “responsável” e bons resultados macroeconômicos e voluntarismo político.

De acordo com Palludeto e Abouchedid (2014) as hierarquias monetárias tem alguns efeitos sobre os países centrais e os periféricos diferenciados desde as limitações em políticas cambiais, monetária e fiscal. Porém, acontecem outros fenômenos baseados na instabilidade dos juros e do câmbio inerente ao Sistema Monetária Internacional contemporâneo reduzindo a autonomia de políticas macroeconômicas e restringindo a liberdade da utilização dos diversos instrumentos de intervenção econômica. Além dessas dimensões citadas, tem-se outros pontos importantes para a análise dessa nova relação centro-periferia baseada na dimensão monetária internacional, quais sejam:

1. As economias da periferia são menos favoráveis a inversão privada por causa da instabilidade do câmbio e dos juros que comprometem o cálculo capitalista e a perspectiva de rentabilidade em prazos maiores. Nesse ambiente, tende a ter dificuldade de formulação de políticas setoriais, pois a instabilidade que afeta o investimento privado limita a visão do formulador de política inclusive com a eficácia causada pela inconsistência da política formulada com os objetivos e a realidade que são alteradas.
2. O menor grau de autonomia de política monetária reduz o espaço em que as taxas de juros domésticas possam ser definidas de modo compatível com políticas para desenvolvimento.
3. O acúmulo de reservas resultado de uma pressão adicional sobre as contas públicas, reduz também o potencial de outras políticas de desenvolvimento pela via da redução dos recursos das autoridades domésticas. Por outro lado, as reservas têm custos impactando em restrições a Política fiscal. Porém, o custo de estabilidade pelo acúmulo de reservas pode ser ao menos compensado pelo crescimento estimulado por um ambiente mais estável.

4. Nos países da periferia que adotaram regime de metas de câmbio e inflação flutuante ou suja, com elevado grau de *pass-through*, a política possui como objetivo mais geral o controle da inflação, mediante a redução da volatilidade da taxa de câmbio sobre o nível de preços. Além disso, a política monetária se subordina, em alguns países, à meta de inflação.

4. A INSERÇÃO/INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA

A China nos últimos anos vem sendo objeto de estudos de pesquisadores do mundo inteiro de diversas áreas buscando entender o país quanto as relações internas e externas. Como abordado nos tópicos anteriores uma característica muito importante para determinar se um país é centro ou periferia no sistema internacional é quanto a relação monetária. Desta forma, é pertinente o caso da inserção/internacionalização da moeda chinesa dentro desse sistema, na qual, coloca a moeda com elevada importância no sistema nacional e internacional.

Segundo Gao e Yu (2009) as três décadas anteriores foram caracterizadas por o rápido crescimento da economia chinesa e de sua integração econômica com o mundo levando a um crescimento na economia mundial. Porém, Cohen (2012) menciona que a China tem um grande obstáculo a superar, que consiste na internacionalização de sua moeda e a consequente contestação do dólar norte-americano. Assim, o renminbi não tem como fazer frente, pelo menos no momento, ao Dólar.

Para Carneiro (2010) a ampliação da posição do renminbi como moeda reserva tem elevada dificuldade por causa da sua não conversibilidade, ou seja, aceitação nas transações internacionais que é restringida ao comércio da China com alguns parceiros. Assim, a indicação é uma abertura da conta capital. Para Stier, Bernoth e Fisher (2010), a China optou por liberalização da conta de capital de forma modesta, tais como: acordos bilaterais de *swap* de moeda baseada na China como âncora estabilizadora; financiamento do comércio exterior usando como teste para internacionalização de sua moeda Hong Kong e; o uso da moeda chinesa pelo FMI e entrada de capitais.

Cohen (2012) enfatiza que a estratégia para internacionalização da moeda chinesa ocorre por duas vias: comercial e financeiro. No caso do comercial, o Banco Popular chinês negociou em 2008 *swaps* monetários locais objetivando que outros bancos centrais usassem em transações comerciais com a China. Pela via financeira, utilizou Hong Kong como laboratório permitindo em 2004 que os bancos abrissem depósitos em renminbi para as empresas e os indivíduos. Já em 2010, o Banco Central chinês autorizou o acesso ao mercado imobiliário continental pelos bancos centrais.

Assim, para Chen e Cheung (2011) o renminbi, mesmo que limitadamente, já vem sendo utilizada a nível internacional. Desta forma, a internacionalização da moeda chinesa, mesmo que de forma limitada, já faz parte dos circuitos comerciais e financeiros.

Para Rangel (2014) foi nesse ambiente do crescimento da participação da china na Economia mundial que o governo chinês começou a promover a internacionalização de sua moeda. Para Gao e Yu (2009) desde a crise financeira asiática, três relevantes tarefas, quanto a política financeira internacional, rodeia a China, quais sejam: A reforma da arquitetura financeira global; Promoção de cooperação regional financeira e a internacionalização do renminbi.

Ibrach (2012) relata que o governo da China utilizou práticas para internacionalização de sua moeda, tais como a criação de mercado offshore de Promoção Regional do Renminbi (RMB) em Hong Kong, a emissão de títulos também em RMB, contratos de *swap* em moeda, acordos comerciais tradicionais e um fundo mútuo com base na moeda chinesa.

Para Cintra e Pinto (2017) um dos principais instrumentos utilizados pelo poder político chinês são as finanças. Cujo objetivo é proteger e impulsionar sua economia para garantir suprimentos de *commodities* e aquisição de tecnologias cruciais para desenvolver-se economicamente e militarmente. Um dado importante sobre a moeda chinesa e seu mercado financeiro é que estes permaneceram imunes à instabilidade do mercado internacional até meados de 2015. Por outro lado, houve um movimento de ampliação do uso de sua moeda em operações de investimento e comércio com impactos sobre o mercado financeiro.

Para Noble (2015) a moeda chinesa também se tornou a quinta moeda mais utilizada em dezembro de 2014, respondendo por 2,17% das operações de pagamento internacionais. SWIF (2014) aborda que o renminbi é utilizado por 50 países em mais de 10% de seus pagamentos com a China e Hong Kong.

Cintra e Pinto (2017) trata de outras cinco ações de cooperação financeira em favor da internacionalização da moeda chinesa, quais sejam:

1. Tratados de compensação de operações internacionais de renminbi com catorze centros financeiros (Taiwan, Londres, Paris, Hong kong, Frankfurt, Macau, Cingapura, Seul, Bangkok, Doha, Sudney, Toronto e Kuala Lumpur);
2. Autorização de nove cotas específicas de Investidor Institucional Estrangeiro Qualificado em RMB que permite utilizar os fundos de offshore de renminbi para investir no mercado interbancário de títulos e no mercado de capitais chinês;
3. Acordos de *swap* de moeda com 30 bancos centrais;
4. Atuação com prestador de última instância para países com dificuldade de acesso ao mercado financeiro internacional;
5. Sistema de pagamento independente para as operações em renminbi.

De acordo com Cintra e Pinto (2017) a internacionalização da moeda chinesa decorre da emergência da China e de sua posição a nível doméstico e internacional enquanto potência econômica e comercial. Assim, no horizonte visível sua expansão ocorrerá no âmbito do sistema monetário global dominado pelo dólar flexível. Por essa dependência ao sistema monetário global, o governo chinês é levado a promover a internacionalização do renminbi. A explicação para esse fenômeno é que quanto mais empresas conseguirem liquidar suas importações e exportações, e seus investimentos no exterior na moeda chinesa, o Banco Central chinês efetuará menos depósitos no sistema financeiro americano.

Para Castelli (2015), a internacionalização do renminbi já está em processo de efetivação embora, para o autor, ainda existe um longo percurso para plena internacionalização de sua moeda, o qual a China terá que percorrer durante os próximos anos.

Segundo Eichengreen (2010), a internacionalização da moeda chinesa tem pontos positivos para a China, para as firmas e para os investidores porque poderão realizar transações internacionais na sua própria moeda. Outros pontos importantes para a China relacionam-se com a melhor competitividade do Banco Central e a política doméstica a serem adaptadas as condições domésticas.

Rangel (2014) aponta alguns benefícios da internacionalização do renminbi para a China. Gao e Yu (2009) abordam algumas limitações, resumidas na: Redução do risco da taxa de câmbio que as firmas chinesas enfrentam; Melhoras na eficiência das instituições financeiras da China aumentando sua competitividade internacional por ter acesso rápido aos ativos com base no renminbi; Impulsionamento das transações transfronteiriças; O renminbi seria mantido por residentes que iria autorizar a autoridade monetária chinesa a coletar senhoriagem do resto do mundo e; Preservação do valor de suas reservas estrangeiras.

Porém, para Rangel (2014) o processo de internacionalização da moeda chinesa passa por limitações e essas são abordadas por Lee (2010), tais como: subdesenvolvimento do sistema financeiro da China e a limitação da conversibilidade da conta de capital, além dessas, tem problema com a transparência do sistema financeiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo mostrar a avaliação da relação centro-periferia pelos estruturalistas latinoamericanos clássicos ressaltando a importância de outros fenômenos para analisar essa relação, nesse caso, a dimensão monetária internacional na sua vertente de hierarquia monetária. Por fim, buscou-se fazer um estudo para o caso chinês que no sistema mundial atual tem elevada relevância.

Como abordado durante o trabalho, os estruturalistas latinoamericanos, ao analisar a relação centro-periferia, deram grande ênfase para a questão do progresso técnico, porém, essa análise não se encontra como um grande problema quando observado o momento histórico em que foi escrito, assim, tendo sua extrema

relevância. Porém, a partir de meados da década de 1970, como abordado no trabalho, o sistema monetário internacional passa a sofrer alterações com a quebra de Bretton Woods e este fenômeno passou a ter uma nova dimensão para a relação centro-periferia.

O sistema monetário internacional é uma dimensão importante para se analisar a relação centro-periferia com maior relevância no regime Dólar Flexível. A internacionalização da moeda chinesa acontece pela via comercial e financeira tendendo para uma relação central. Porém, a internacionalização ocorre com limitações e com um longo percurso para se conseguir chegar ao status de moeda do centro do sistema internacional.

Assim, o tema tem sua pertinência e apresenta inúmeras áreas para pesquisas que são relevantes, em especial, saber como a moeda chinesa se desenvolveu durante a história e a importância para as nações vizinhas desta moeda. As distintas visões sobre hierarquia monetária e os estudos de casos sobre a China são outras dimensões a serem pesquisadas. Por fim, uma análise empírica da inserção da moeda chinesa no mercado mundial torna-se fundamental para compreender o panorama atual e traçar projeções para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, R. **Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: una reseña. En Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL.** Textos seleccionados, vol. 1, Fondo de Cultura Económica, CEPAL, Santiago, Chile, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L.C. GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 4, p.663-686, out. 2010.

CARNEIRO, R. **O Dólar e seus Rivais.** Observatório da Economia Global, textos avulso – no.1 – Abril, 2010.

CASTELLI, J. R. A ascensão da china e a contestação do dólar após a crise financeira global. 43ª **ANPEC**, 2015, Florianópolis.

CHEN, X. CHEUNG, Y. *Renminbi going global*. **China & World Economy**, Beijing, v. 19, n. 2, p. 1-18, 2011. Bimensal. Publicada pelo Institute of World Economics and Politics Chinese Academy of Social Sciences.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, p.381-400, abr. 2017.

COHEN, B. *The Yuan Tomorrow? Evaluating China's currency internalization strategy*, **New Political Economy**, vol. 17, n.3, july, 2012.

DE CONTI, B.M. **Política Cambial e Monetária: os dilemas enfrentados por países emissores de moeda periféricas**. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

EICHENGREEN, B. *The Renminbi as na international currency*. **Journal of policy modeling: A social Science fórum of world issues**, New York, v.33, n. 5, p. 732-730 Bimensal. Publicada pela Elsevier para Society for policy modeling.

FIORI, J. L. **O poder Americano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

FIORI, J. L. MEDEIROS, C. SERRANO, F. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro: RECORD, 2008.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

GAO, H; YU, Y. **Internationalisation of the renminbi**, *Basiléia: The Bank for International Settlements*, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, R. PRADO, L. C. D. BAUMANN, R. CANUDO, O. **A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LEE, J. W. Eill *The Renminbi Emerge as na international reserve currency? In: CHINA TOWARD NA UPPER MIDDLE – INCOME COUNTRY: CHALLENGES AND POLICY OPTIONS*, Beijing. Apresentação no workshop. Beijing: China Center for Economia Research, 2010, p. 35.

Missio, F. J.; Jayme JR., F. G.; Oreiro, J. L. "The structuralist tradition in economics: Methodological and macroeconomic aspects". **Brazilian Journal of Political Economy**,35 (2): 247- 266, 2015.

O'CONNOR, T. *The Internationalization of the Renminbi*. Rio de Janeiro: **Institute for Brazil-China Studies (IBRACH)**, 11 P. 2012.

PALLUDETO, A.W.A. ABOUCHEDID, S. C. A hierarquia de moedas e a relação centro-periferia revisitada, 42^a **ANPEC**, 2014, Natal.

PALMA, J.G. **Structuralism**. In: DUTT, A.K; ROS, J. (ed.) *International Handbook of Development Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2008a, p. 136-143.

RANGEL, Amanda Freijanes. **A INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA**. 2014. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

RODRÍGUEZ, O. **O Pensamento da CEPAL: Síntese e Crítica**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo n.º16, pp. 8-28, dez. 1986.

RODRÍGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, T. **A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: UM BALANÇO HISTÓRICO E TEÓRICO**. 2012. Disponível em: file:///C:/Users/LABINFOB5-10/Downloads/o_pensamento_da_cepal.pdf. Acesso em: 18/11/2016.

SAAD-FILHO, A. **The rise and decline of Latin American structuralism and dependency theory**. In: JOMO, K.S.; REINERT, E.S. (ed.) *The origins of development economics: how schools of economic thought have addressed development*. London: Zed Books, 2005, p. 128-145.

STIER, O.; BERNOTH, K; FISHER, A. *Internationalization of the chinese renminbi: na opportunity for China*. **Weekly Report**, Berlin, v. 6, n.17, p.126-132. Semanal, 2010. Publicado pelo German Intitute for Economic Research.

TAVARES, M.C.; FIORI, J.L (org.), **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: EditoraVozes, 1997.

VERNENGO, M. **Technology, Finance, and Dependency: Latin American Radical Political Economy in Retrospect**. *Review of Radical Political Economics*, v. 38, n. 4, p. 551-568, 2006.

Recebido em: janeiro de 2016
Aceito em: julho de 2016